

“Quem é rei nunca perde a majestade”? JK na política de Diamantina no período 1934–1970

Who is king never loses his majesty?
JK on the politics of Diamantina in the period 1934–1970

*Marcos Lobato Martins**

RESUMO: Há muitas pesquisas sobre a atuação de Juscelino Kubitschek de Oliveira na política de Belo Horizonte, Minas Gerais e do Brasil, mas pouco se escreveu sobre sua atuação em Diamantina, sua cidade natal. Com base em fontes locais diversas, este trabalho investiga a trajetória de JK na política diamantinense durante as décadas de 1930-70, analisando a construção da hegemonia juscelinista no município e as razões de sua derrocada após o golpe civil-militar de 1964.

PALAVRAS-CHAVE: Juscelino Kubitschek. Política local. Hegemonia política. Diamantina.

ABSTRACT: There are many researches about the political action of Juscelino Kubitschek de Oliveira in Belo Horizonte, Minas Gerais and Brazil, but little has been written about his action in Diamantina, his hometown. Based in diverse local fonts, this paper investigates the JK's trajectory in the politics of Diamantina during the years 1930-70, analyzing the build of his local supremacy and the reasons of his downfall after the civil-military coup of 1964.

KEYWORDS: Juscelino Kubitschek. Local politics. Political supremacy. Diamantina.

“Gratidão em política só dura 48 horas”
(José Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, 1961-1966)

Introdução

Há uma fotografia muito conhecida, de autoria de Juvenal Pereira, antigo fotógrafo da revista *O Cruzeiro*, datada de 1971, que mostra Juscelino Kubitschek de Oliveira rodeado pelos músicos Milton Nascimento, Lô e Márcio Borges e o letrista Fernando Brant na frente do edifício do Seminário de Diamantina, rodeados de muitos jovens estudantes e curiosos. Essa imagem sugere que JK, mesmo com os direitos políticos cassados, continuava à vontade em sua cidade natal e que, nela, ainda conservava toda a sua força política.

*Faculdade Interdisciplinar de Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. lobatohistoria@hotmail.com

Entretanto, a fotografia foi batida numa época em que os jornais locais sequer noticiavam a chegada do ex-presidente à cidade, e apenas um ano após a Prefeitura local ter escapado ao controle do grupo político juscelinista. Naquele momento, JK estava isolado em sua própria cidade natal, um pequeno e pacato burgo interiorano com pouco mais de 18 mil habitantes.¹ Como explicar que isso tenha ocorrido com o filho mais ilustre da cidade, que sete anos antes era favorito para vencer a eleição presidencial prevista para 1965? Por que JK foi tão rapidamente abandonado por tantos correligionários no correr dos anos 1960? O fim da supremacia de JK e de seu grupo político em Diamantina pode ser atribuído apenas ao desfecho “inevitável” do golpe civil-militar de 1964?

Imagem 1 – JK e artistas em Diamantina, 1971



Fonte: Blog do professor Lages (professorlages.hospedagemdesites.ws/?p=302).
Acesso em: 19/07/2015.

Apoiando-se na ideia de cultura política, este trabalho pretende encontrar respostas para as questões anteriores, investigando a trajetória de Juscelino Kubitschek na política diamantinense durante as décadas de 1930-70,

com a finalidade de analisar a construção da hegemonia juscelinista no município e as razões de sua derrocada após o golpe civil-militar de 1964.

A pesquisa documental concentrou-se nos acervos das seguintes instituições diamantinenses: a) Biblioteca Antônio Torres, do Iphan-Diamantina; b) Cartório Eleitoral de Diamantina; c) Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Diamantina e; d) Arquivo do Pão de Santo Antônio. No Cartório Eleitoral de Diamantina, foram compulsados os livros de Registro de Candidatos de Partidos e Delegados, as Atas das Eleições Municipais do período 1946-1970 e as Atas de Diplomação de Eleitos. Nestes documentos, procurou-se obter informações sobre as legendas partidárias e sua composição local, os embates eleitorais no pós-1945 e avaliar os respectivos pesos políticos das lideranças diamantinenses.

Os jornais *A Estrela Polar* e *O Pão de Santo Antônio*, os dois únicos jornais regulares locais que circularam no período 1955-1970, foram lidos. Atentou-se principalmente para as notícias de política, bem como para os editoriais e colunas que abordaram os acontecimentos nacionais e que recomendaram aos leitores posicionamentos específicos. O mesmo procedimento foi empregado na análise de textos memorialísticos e biográficos deixados por diamantinenses que experimentaram os agitados anos 1950-1960. O recurso à História Oral se fez por meio da realização de entrevistas semi-estruturadas com políticos diamantinenses, destacando-se os senhores Leandro Gomes da Costa, Gustavo Botelho Júnior e Serafim Jardim.

A ascensão de JK na política de Diamantina

JK exerceu grande influência na vida política diamantinense, embora jamais tivesse disputado uma eleição municipal. Desde 1934, época de sua primeira eleição como deputado federal, os políticos locais alinhados a JK alcançaram o controle municipal, controle este que só aumentou com a transformação de JK em prefeito de Belo Horizonte (1940-45) e, depois, governador de Minas Gerais (1951-55) e presidente do Brasil (1956-61).

Como teve início o controle político de Diamantina por JK?

Em 1933, o interventor do Estado de Minas Gerais, Benedito Valadares, indicou o capitão-médico da Polícia Militar Juscelino Kubitschek de Oliveira para presidir a casa civil de seu governo. No ano seguinte, Benedito Valadares colocou o nome de JK na chapa de deputados do Partido Progressista (PP) que concorreu ao pleito de 4 de outubro. O diamantinense foi eleito deputado federal, com a maior votação no estado. Sobre essa eleição em Diamantina, assim se manifestou o dr. Valmy Lessa Couto, advogado e professor, um dos líderes da UDN diamantinense:

Em 1933, Benedito Valadares indicou Mário Meireles para prefeito de Diamantina, sendo que foi Juscelino quem soprou ao governador este nome. Mário Meireles era um engenheiro que estava fazendo algumas obras. Tornou-se amigo de Juscelino que, muito sabido, resolveu apoiá-lo para a Prefeitura, visando a realização de uma política de obras que lhe favorecesse mais tarde. (...) Em 1934 teve início a campanha para a Constituinte e nessa campanha o Mário Meireles apoiou Juscelino. Meu tio Sóter [Ramos Couto] fez oposição a Juscelino, foi candidato a deputado constituinte pelo PRM. (...) Juscelino perdeu na cidade, mas ganhou nos pequenos distritos e na zona rural e foi eleito. Foi a primeira vez que ele ganhou aqui (Depoimento de Valmy Lessa Couto, *Cadernos da FAFIDIA*. Diamantina, v. 1, n. 1, p. 8-9, out. 1992).

A novidade nesta campanha foi que o candidato Juscelino visitou todos os distritos do vastíssimo município de Diamantina, percorrendo centenas de quilômetros a cavalo, entrando nas casas de chefes distritais, conversando com moradores comuns. Algo que os políticos diamantinenses do Império e da Primeira República jamais fizeram. Os acordos de gabinete não deixaram de ser fechados, mas Juscelino também gastou o solado de suas botas nas ruas poeirentas dos distritos, acompanhado por um ou dois aliados escolhidos criteriosamente. Uma faceta de *virtù* política, que o distinguia dos tradicionais políticos diamantinenses.²

Como Valadares desejava evitar que Diamantina caísse nas mãos da oposição – o Partido Republicano (PRM), que abrigava os antigos aliados de

Artur Bernardes – nas eleições municipais de junho de 1936, JK foi convocado a ser o responsável direto pela campanha em Diamantina. No final desta, ele havia conquistado apoio de figuras conceituadas na cidade, entre as quais: Elisardo Eulálio de Souza, Joaquim Costa, José e Chico Soares, David Felício dos Santos, os Mata-Machado, Augusto Caldeira Brant, Júlio e Joãozinho Mota, Pedro Miranda, Vicente Torres e José Neves. Quando o resultado das eleições foi divulgado, JK escreveu: “venci meus adversários por cento e vinte votos, elegendo 11 dos 15 vereadores distritais, dispondo de maioria absoluta; além disso, fiz de meu amigo Joubert Guerra prefeito de Diamantina” (KUBITSCHKE, 1974, v. 1, p. 132).

Referindo-se ao ano de 1936, o dr. João Antunes de Oliveira, médico e prefeito de Diamantina por três vezes nas décadas de 1970-2000, testemunhou que nessa época já se ouvia falar bastante de Juscelino na cidade, embora ele residisse fora havia muitos anos. Segundo João Antunes, que então era interno no Ginásio Diamantinense, os estudantes da cidade foram mobilizados para saudar JK:

Era comum, quando vinha um deputado ou uma autoridade à cidade, que o Ginásio estivesse presente, seja com todos seus alunos, seja com aqueles que o cônego escolhia. Eu o visitei, por exemplo, com um grupo de alunos. Ele era deputado federal em seu primeiro mandato (...). O Juscelino esteve também no Ginásio, onde fez um discurso para os alunos (ANTUNES, 2009, p. 27).

Instaurado o Estado Novo, em 1937, o apoio a Getúlio Vargas em Diamantina só fez crescer. A cidade viveu clima de nacionalismo e sentiu-se orgulhosa pelo progresso urbano alcançado, ao mesmo tempo em que ganhava notoriedade por causa do tombamento de seu centro colonial pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), ocorrido em 1938.³ Especialmente a juventude dos colégios tornou-se getulista, como se vê no depoimento do dr. João Antunes de Oliveira:

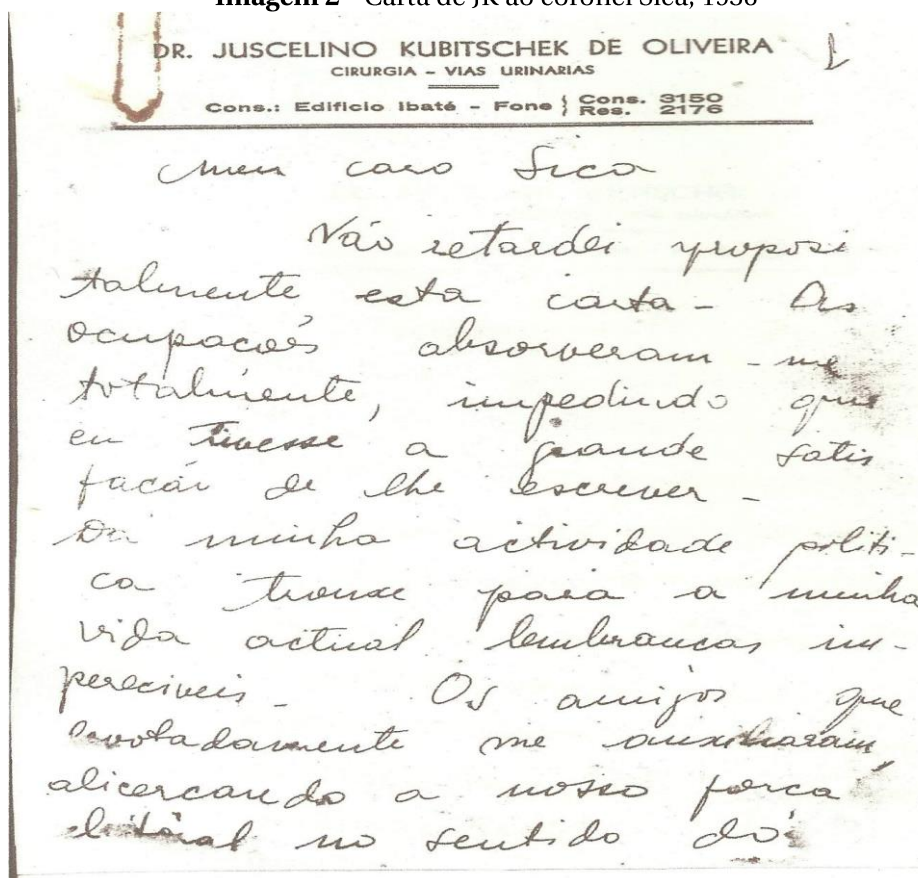
(...) A gente apoiava Getúlio porque a sua propaganda era muito intensa, através do DIP, que era comandado pelo Dorival Fontes. O Getúlio (...) despertou um patriotismo muito intenso na juventude. (...) A Semana da Pátria não era como é hoje em dia: eram sete dias de atividades, muitos discursos, muita exaltação ao Exército e à Polícia, de modo que todo estudante de Diamantina era getulista (ANTUNES, 2009, p. 37).⁴

Esta situação favoreceu JK. Mesmo com o fim de seu mandato de deputado, por causa do fechamento do Congresso em 1937, Juscelino continuou a ser visto pelos diamantinenses como homem vinculado a Vargas e a Valadares, político próximo aos dois grandes mandatários. Dessa forma, Juscelino granjeou admiração entre os moradores do município, especialmente de boa parcela dos jovens estudantes residentes na cidade de Diamantina. Para isso contribuiu a sua passagem pela Prefeitura de Belo Horizonte (1940-45), marcada por iniciativas arrojadas que tiveram grande visibilidade na imprensa.

Nomeado prefeito da capital, Juscelino chamou Joubert Guerra, que era prefeito de Diamantina, para ser seu chefe da casa civil e obteve, para o lugar do amigo, a nomeação de seu primo, Luís Kubitschek. Ironicamente, o novo prefeito de Diamantina se tornaria logo depois um dos integrantes da oposição local a JK. Na prefeitura de Belo Horizonte, Juscelino recebeu frequentemente muitos conterrâneos, gente convidada para participar de solenidades e inaugurações na capital. Assim, gradativamente, uma aura de “realizador confiável” colou-se à figura de JK.⁵

A ascensão de Juscelino como líder incontestável da política em Diamantina também se apoiou no desenvolvimento de uma relação estreita com os antigos “coronéis” locais, relação profundamente pessoal e afetiva. Uma demonstração dessa estratégia aparece na carta que ele escreveu para o coronel Sica, o chefe político do distrito de Gouveia, datada de 27 de janeiro de 1938.⁶ Lavrada em papel de receita do médico urologista, nela o missivista afirmou que, de sua atividade política, trouxera para a vida pessoal muitos amigos que o auxiliaram, “alicerçando a nossa força eleitoral no sentido do engrandecimento de Diamantina”.

Imagem 2 – Carta de JK ao coronel Sica, 1938



Fonte: Acervo pessoal de Samia Abbas, neta do coronel Sica. Diamantina.

E prosseguiu, referindo-se ao coronel Sica, nos seguintes termos:

(...) dentre os que mais contribuíram para o meu prestígio, manda a justiça que eu exalte o seu nome, cuja tradição e cujo brilho enchem de fulgor vários lustros da vida política de Diamantina. (...) O seu apoio foi decisivo para os meus triunfos e o estímulo que me vinha do seu espírito encanecido na nobre tarefa constituíam uma legítima aspiração da nossa gente. Tudo procurarei fazer ainda para o nosso município. Este, felizmente, contando com a dedicação e a experiência de homens como o senhor, pouco precisará de mim.⁷

Se o elogio ao cabo eleitoral era praxe, o que chama atenção é a maneira como isto foi feito, usando imagens fortes que carregam em si mesmas ideias de modernidade, de progresso e de dinamismo do Brasil, como se depreende do trecho abaixo:

De tudo guardo, porém, uma enternecedora lembrança. A última visão que tive de sua casa, do alto dos nossos céus, ficará perenemente gravada no meu coração, [pois] apontava-me sempre os melhores rumos e os mais certos caminhos. O Brasil no seu novo ritmo há de fazer a felicidade geral de todos.⁸

Pode-se imaginar o poderoso efeito que a imagem da *visada do avião* teria causado no interlocutor do médico-deputado. Na missiva, já se vislumbram os traços do “presidente bossa-nova” que galvanizariam a opinião pública brasileira vinte anos depois.

Outra faceta da *virtù* política de Juscelino consolidou-se nessa época: sua incrível habilidade para cooptar adversários. Em 1944-45, ainda prefeito de Belo Horizonte, ele enfraqueceu decisivamente a oposição que lhe moviam em Diamantina ao virar de lado os irmãos Couto. Conforme o testemunho do dr. João Antunes de Oliveira:

O dr. Sóter e o dr. Lomelino eram contra o Juscelino. Então, muito sabido, Juscelino arrumou um jeito de levar o dr. Sóter para a capital, onde ele se tornou diretor de uma biblioteca da Prefeitura. Eles eram do Partido Republicano Mineiro (PRM), do presidente Arthur Bernardes. O Sóter escrevia muito nos jornais contra o Partido Social Democrata (PSD). Já o dr. Lomelino, Juscelino o colocou como médico do Batalhão de Polícia Militar de Diamantina. O Vitor Ramos Couto, por sua vez, virou farmacêutico do mesmo Batalhão. Assim, Juscelino neutralizou a oposição que tinha em Diamantina, pois a família Couto era muito influente, e ele não conseguiria vencer se não fosse desse jeito (ANTUNES, 2009, p. 38).

Simultaneamente herdeiro e reformador das antigas práticas políticas, Juscelino Kubitschek soube lidar com os valores e as aspirações que moviam as elites diamantinenses. No plano local, ele se amoldou perfeitamente às relações e às atitudes tradicionais do coronelismo, clientelismo e patrimonialismo, que se desenvolveram a partir de relações de dependência e exploração, tão típicas da cultura política nacional e, em particular, da “sociedade do diamante”.⁹ Suas

ações couberam perfeitamente nos limites postos pelo imaginário social dos eleitores e dos candidatos diamantinenses, na dimensão de sua cultura política e configurações identitárias.¹⁰ Por isso, Juscelino nunca foi um *outsider* na política de Diamantina.

O conceito de cultura política permite analisar as possibilidades e os limites da atuação de JK e dos juscelinistas no período em tela, em perspectiva que ressalta as permanências e as mudanças lentas da história, a despeito das alterações constantes que os regimes políticos sofreram no país. Conforme Ângela de Castro Gomes:

O conceito de cultura política permite explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades. Ou seja, realizando o exercício historiográfico que implica se deslocar no tempo e no espaço compreendendo as orientações dos atores, segundo seus próprios códigos culturais (GOMES, 2005, p. 30).

Na Diamantina e nas Minas Gerais das primeiras décadas do século passado, época da formação política de JK, a cultura política era autoritária ou semidemocrática, contendo traços tanto da “cultura política paroquial” como da “cultura política da sujeição” (ALMOND & VERA, 1989). Para esses autores, a cultura política paroquial, característica das sociedades menos desenvolvidas, seria influenciada por ideais e crenças religiosas, enquanto a cultura política da sujeição seria típica de regimes em que os cidadãos não contestariam as injunções do Poder Executivo. Ambas seriam avessas ao pluralismo de opiniões, à participação ampliada e à legislação com direitos civis, afeitas aos personalismos, aos atos de força, aos casuísmos, ao mandonismo, aos conchavos dos poderosos.

A cultura política diamantinense – tradicionalista, conservadora, elitista, personalista e embasada em princípios religiosos – transparece claramente nas matérias publicadas pelo jornal *A Estrela Polar*. Uma boa síntese dos parâmetros dessa cultura política apareceu na edição de 13 de abril de 1958:

Como deve ser o futuro prefeito? Para satisfazer a maioria da população e contentar plenamente suas tendências mais justas, o novo futuro prefeito deverá ser: 1) religioso antes de tudo; 2) administrador honesto e operoso; 3) popular e social; 4) político equilibrado e moderado; 5) moralizador. O possuidor dessas cinco características pode se apresentar a candidato, que o povo apoiará e ele sairá vencedor (*A Estrela Polar*, 13/04/1958).

A longa hegemonia juscelinista na política diamantinense

No período das eleições diretas do pluripartidarismo instaurado no pós-1945, os correligionários de JK obtiveram vitórias triunfais em todas as eleições para o executivo municipal. Foram 34 anos seguidos no comando da Prefeitura de Diamantina, de 1936 a 1970, quando terminou o segundo mandato de Sylvio Felício dos Santos.

A eleição para governador em 1950 consolidou a condição de Juscelino Kubitschek como líder mineiro e também projetou seu nome na cena política nacional. JK venceu seu concunhado Gabriel Passos, candidato da UDN, com relativa facilidade. Nessa campanha, ele foi a Diamantina para contatos com apoiadores locais e realizou comício na cidade. Conforme o testemunho do dr. João Antunes:

Eu apoiei Juscelino nessa época, mas não acompanhava a sua comitiva. Ele fazia os comícios na porta da Prefeitura, onde instalavam um palanque. (...) Engraçado é que os udenistas frequentavam os comícios de Juscelino, mas, na hora de votar, votavam contra (ANTUNES, 2009, p. 44).

O grupo local do PSD beneficiou-se largamente da eleição de seu líder para o Palácio da Liberdade. Mas na cidade havia ativa presença da União Democrática Nacional (UDN) – os jovens estudantes eram do lado do brigadeiro Eduardo Gomes. No início da década de 1950, o presidente local da UDN era conhecido como Zé Rutinha, dono de uma livraria chamada “A Guria”. O partido contava com Edgard de Godoy da Mata Machado, com os Mourão, os Botelho, os Pádua e parte dos Couto. Na outra ponta do espectro

ideológico, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tinha um pessoal na Administração Regional dos Correios – o médico Efigênio Salgado e o dentista Zanilo Moreira, muito atuantes – e mais alguns filiados, como o dr. Arquimedes Mota, advogado, José Mário Ribas e Anacleto Pimenta.¹¹ No início dos anos 1960, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ainda engatinhava na cidade, destacando-se as figuras do farmacêutico Vitor Ramos Couto, de José Prado e do dentista Cesário Martins, conhecido como Zazá.¹²

Conforme o depoimento do dr. Valmy Lessa Couto, o PSD foi, em Diamantina, o herdeiro do antigo PRM, enquanto o PTB teve poucos filiados, não conseguindo penetrar nem no município nem na cidade. Dr. Valmy informou que:

A UDN fazia normalmente um terço dos vereadores, o que era muito para a época porque a força de Juscelino era muito grande. Todos os nomes indicados por JK eram eleitos. (...) O PSD predominava e quase todas as famílias mais importantes de Diamantina pertenciam ao PSD. A oposição sofria muito aqui em Diamantina. Nós sempre tivemos candidatos contra os nomes indicados por JK, mas era muito difícil ganhar. Todos os prefeitos pós-45 foram escolhidos por Juscelino e eleitos com folga. A UDN só tinha penetração realmente na cidade, porém eram os distritos que elegiam realmente. A UDN chegava, no máximo, a chatear o prefeito, quando esse necessitava, numa ou noutra votação, de dois terços da Câmara (Entrevista de Valmy Lessa Couto, *Cadernos da FAFIDIA*, Diamantina, v. 1, n. 1, p. 12, out. 1992).

Mesmo à distância, Juscelino comandava a política do município e decidia pelo PSD local todas as questões relevantes. Nesse sentido se deve entender o depoimento de Leandro Costa:

Eu entrei para a política local de súbito, por causa de JK. No ano de 1954, estava trabalhando em minha loja quando recebi um telefonema de Belo Horizonte. Era Juscelino Kubitschek. Ele me pediu para ser candidato a vice-prefeito pelo PSD diamantinense. Atendi imediatamente a ordem do governador.¹³

O jornal *Voz de Diamantina*, na edição de 26 de abril de 1962, usou a expressão “eleições domésticas de JK” ao se referir a visita de JK à cidade para, juntamente com o então senador Benedito Valadares, comandar uma reunião pessedista que decidiria os candidatos do partido para o pleito de 1962, na qual foram homologados Geraldo Edson do Nascimento e dr. João Antunes de Oliveira para prefeito e vice-prefeito, respectivamente. Sobre essa escolha, o depoimento de João Antunes foi o seguinte:

O Juscelino escolhia os candidatos a prefeito, e isso ocorreu com o José Machado, o Mário Paixão, o dr. Lomelino e outros. (...) Quando acabou o mandato do Sylvio Felício, o PSD ficou sem candidato, e o Juscelino indicou o Daniel Nascimento, mas ele não aceitou. Então, Juscelino me chamou e fez um esforço tremendo para eu ser o candidato, mas eu resisti (...). Eu respondi que não podia aceitar e saí da Chácara do Costa [das Bicas], onde estava acontecendo o encontro. Quando já estava em casa, o Juscelino chegou com mais algumas pessoas (...). Aí, eu fui para a sala falar com ele, que me disse que, se eu não fosse prefeito, teria de ser vice-prefeito. Acabei candidato a vice-prefeito na chapa do Geraldo Nascimento, o candidato a prefeito do PSD (ANTUNES, 2009, p. 45).

Estas reuniões locais do PSD, quando não tiveram a presença de JK, foram dirigidas por Carlos Murilo Felício dos Santos, várias vezes deputado estadual e federal, primo de Juscelino e seu braço direito dentro do Congresso Nacional. Repare-se que o tom usado pela *Voz de Diamantina* revelava não apenas a hegemonia juscelinista no município, mas também certo mal-estar com a longevidade desse domínio eleitoral.

A propósito, os dados referentes aos resultados das eleições majoritárias municipais não deixam qualquer dúvida sobre a hegemonia dos juscelinistas no período 1945-1970:

Quadro 1 – Resultados das eleições a prefeito do município de Diamantina (1947-1966)

Eleição	Candidatos-PSD	Candidatos-UDN	Vitória
1947	José Machado Freire	Gustavo Botelho	PSD
1950	Lomelino Ramos Couto	Luiz Kubitschek Figueiredo	PSD
1954	Mário Guerra Paixão	Vicente de Paula Fonseca	PSD
1958	Sylvio Felício dos Santos	Sóter Pádua	PSD

Eleição	Candidatos-PSD	Candidatos-UDN	Vitória
1962	Geraldo Edson do Nascimento	Sebastião Mourão dos Santos	PSD
1966	Sylvio Felício dos Santos	Sebastião Mourão dos Santos	PSD

Fonte: Atas de resultados de eleições municipais, 1947-1966. Cartório Eleitoral de Diamantina

Na edição de 14 de outubro de 1962, *A Estrela Polar* divulgou os resultados da disputa pela Prefeitura de Diamantina. Geraldo Edson do Nascimento, candidato a prefeito pelo PSD, alcançou 4.125 votos; o candidato a prefeito da UDN, Sebastião Mourão dos Santos, teve 2.088 votos; o candidato do PTB, Vitor Ramos Couto, conseguiu 930 votos. Para vice-prefeito, os resultados oficiais foram: João Antunes de Oliveira, do PSD, 8.356 votos, e Joaquim Moreira da Silva, da UDN, 1.412 votos. Nas eleições para o Congresso Nacional, o candidato a deputado federal Carlos Murilo (PSD) alcançou 3.000 votos, enquanto o candidato a senador Benedito Valadares, também do PSD, obteve 2.483 votos. Como se dizia no interior, mais uma vez o PSD fez barba, cabelo e bigode na eleição de 1962, fato que indicava o tamanho e vigor da influência de Juscelino no município.

Simbolicamente, a hegemonia juscelinista ficou estampada em duas homenagens que lhe fizeram seus conterrâneos na segunda metade da década de 1950. A primeira delas foi o decreto municipal de 24 de janeiro de 1956, estipulando feriado municipal o dia 31 de janeiro, data em que se daria posse ao presidente Juscelino. A segunda foi a decisão de erigir monumento em tamanho natural a JK, no centro da cidade, que veio a público em 7 de julho de 1957. A referida estátua foi inaugurada em 11 de abril de 1958, quando ocorreu “grande homenagem a JK, com a presença dos amigos íntimos do presidente” (*A Estrela Polar*, 16/04/1958).¹⁴

Na década de 1950, Juscelino Kubitschek agregou a sua *persona* política os traços de charme pessoal, de alegria e de bom humor, expressos pelo comportamento afável e pelo sorriso largo diante de aliados ou de adversários. JK se esforçou para apresentar-se como político que gostava de dançar e de cantar, que amava as artes e vivia cercado de artistas e intelectuais, que adorava o “Peixe Vivo” e as serestas nas ruas de Diamantina. Estes traços eram

inusitados no Brasil, pois os políticos do Império e da Primeira República se esmeraram para mostrar uma face séria, sisuda mesmo, quando tratavam de assuntos públicos. As visitas de JK a Diamantina foram ocasiões que ele usou para fixar esses traços na “opinião pública”, e também serviram para impulsionar sua popularidade local.

Elemento importante da *virtù* política de Juscelino, sua personalidade pública tinha o condão de operar uma maravilha: “pouca gente resistia a ele”. Conforme o testemunho do dr. João Antunes:

Toda vez que era eleito, seja para deputado, governador, seja para presidente ou senador, ele aparecia em Diamantina quase incógnito, chamava uma ou duas pessoas de sua amizade, montava a cavalo e ia aos distritos agradecer os votos (...), visitando cada casa do lugar. (...) Ele ia e levava um retrato, autografando-o ali mesmo. (...) Ele andava de peito aberto para todo lado e cumprimentava todo mundo. Dava a mão aqui, abraçava ali e até lembrava do nome das pessoas (ANTUNES, 2009, p. 46).

A comemoração da vitória de Juscelino em 1955 não foi lá grandes coisas. Festa grande aconteceu quando ele veio, como presidente da República, em sua primeira visita oficial. Ele trouxe até o general Lott e, como sempre ocorria quando o Juscelino chegava, houve uma grande festa para ele e a sua comitiva, integrada por muitos artistas. Jamelão, Carminha Mascarenhas, Dircinha Batista, entre outros, foram artistas que vieram a Diamantina acompanhando Juscelino. (...) Quando ele chegava, a tristeza ia embora. Quem quisesse continuar triste, que não saísse de casa porque, se saísse, acabaria na farra. E era festa dia e noite. A escadaria da Igreja São Francisco, todas as vezes que JK chegava, era como missa aos domingos: uma cantoria danada! E também no Beco do Mota, onde se encontravam os boêmios (ANTUNES, 2009, p. 51).

Este comportamento de Juscelino foi muito bem recebido pelos diamantinenses, tornando-o, segundo as palavras do udenista Valmy Lessa Couto, pessoa adorada na cidade, elogiado por sua inteligência, bondade, “carismático e de uma amabilidade a toda prova”. Simultaneamente, “JK criou muitas repartições na cidade para dar emprego a muita gente. Muitos adversários políticos Juscelino conseguiu trazer para seu lado nomeando-os

para os cargos públicos. O povo vivia em função dele, pedindo empregos a ele” (*Cadernos da FAFIDIA*, Diamantina, v. 1, n. 1, p. 11-12, out. 1992).

No plano local, Juscelino atuou como líder personalista, construiu extensa clientela, mas temperou com amabilidade, alegria e discursos progressistas o mando de tipo coronelístico que exerceu sobre o município de Diamantina. Na sua terra natal, JK foi um *oligarca modernizante*, mesclando aspectos liberais e aspectos senhoriais, cujas principais ferramentas de ação política foram a vocação conciliatória e a habilidade de cooptação.

O processo de desgaste da hegemonia juscelinista em Diamantina

Os desdobramentos da Guerra Fria constituíram o pano de fundo para boa parte dos embates políticos e ideológicos que ocorreram no Brasil nas décadas de 1950-70, delineando uma crescente crise política que desembocaria no golpe civil-militar de 1964. Depois da tomada do poder em Cuba por Fidel Castro, no ano de 1959, os EUA resolveram mudar sua posição diante do continente latino-americano: de área sem maior significado geopolítico para os ianques, os países da América do Sul e Central se tornaram integrantes de região que deveria ser preservada a qualquer custo da influência comunista, passando a receber atenção norte-americana. A esse respeito, Carlos Fico escreveu:

Os Estados Unidos buscariam apoiar economicamente a América Latina tendo em vista a diminuição da pobreza (vista como causa das aspirações socialistas) e a melhoria de sua imagem, mas não admitiriam a implantação de outra Cuba, mesmo que fosse preciso adotar medidas unilaterais e invasões (FICO, 2014, p. 26).

O anticomunismo mais uma vez ressurgiu com grande força no cenário da política nacional,¹⁵ impulsionado pelo avanço das conquistas populares e das mobilizações de sindicatos urbanos, de ligas camponesas, do movimento estudantil e pela tentativa de Jango e do PTB de atrair as massas populares para

sua base de sustentação política. Analisando essa conjuntura, Marcelo Ridenti afirmou:

No Brasil, além de fatores internacionais, foram principalmente aspectos da política nacional que marcaram as lutas das esquerdas. O processo de democratização política e social, com a crescente mobilização popular pelas chamadas “reformas de base” (...) foi interrompido pelo Golpe de 1964. Ele deu fim às crescentes reivindicações de lavradores, operários, estudantes e militares de baixa patente, cuja politização ameaçava a ordem estabelecida. A versão populista da hegemonia burguesa já não era suficiente para organizar o conjunto da sociedade em conformidade com os interesses do capital, ameaçados pelo questionamento dos de baixo, que tomaram a iniciativa política (RIDENTI, 2014, p. 20).

Forças oposicionistas que, após a renúncia de Jânio Quadros, não aceitaram que a Presidência ficasse nas mãos de João Goulart, esgrimiram o discurso do temor da “republica sindicalista” que poderia se instalar no Brasil caso os “comunistas” Goulart e Brizola continuassem no poder.¹⁶

Curiosamente, JK foi muitas vezes considerado pela oposição como “comunista”, acusado pelos udenistas de promover políticas econômicas nefastas, de fechar os olhos para a corrupção, de tratar suavemente os esquerdistas e de ser pouco amigo dos Estados Unidos.¹⁷ O rompimento com o FMI no final da administração federal de Juscelino foi algo que tornou o político mineiro pouco palatável para as hostes políticas mais conservadoras. A UDN não lhe perdoava a vinculação com Getúlio Vargas, a leniência com a inflação, o crédito fácil, os déficits orçamentários e da balança de pagamentos, a tolerância com as greves e as manifestações populares. Também não admitia o papel do Estado desenvolvimentista como orientador das inversões privadas e a expansão da tecnocracia com funções de planejamento, assumindo crescente poder decisório. Juscelino Kubitschek era inaceitável para a direita mais radical porque cultivava atitudes mais abertas no campo da moral e do comportamento. E esses direitistas desconfiavam do compromisso de JK com a

ordem, por causa de sua generosa concessão de anistia aos rebeldes militares e por evitar o emprego da censura.

Os debates dos anos 1950 e 1960 tiveram, evidentemente, ecos em Diamantina. Na cidade, em seus espaços político-partidários, nos órgãos públicos, nas escolas, nos clubes e nas casas mais abastadas as controvérsias foram discutidas, gerando polarizações. No início dos anos 1960, Diamantina se transformou em centro importante da conspiração contra o governo Goulart, conforme observou a pesquisadora Heloísa Starling (1986).¹⁸

Na mobilização contra o governo de Jango, outros nomes começaram a dominar o debate político local. Sempre referenciado pela imprensa da cidade, um desses nomes foi o do general Olympio Mourão Filho, cujas ações e manifestações foram noticiadas e discutidas amiúde na sua terra natal. O militar era oriundo de família tradicional da política diamantinense, filho do ex-senador estadual Olympio Mourão, integrante da cúpula do antigo PRM e maior chefe político nos anos 1920, cassado pela Revolução de 1930. Ainda menino, tomou gosto pelas armas brincando no quartel do Terceiro Batalhão de Polícia Militar. Simultaneamente, viu os membros de sua família amargarem a perda do controle político de Diamantina, especialmente em decorrência da ascensão estadual de Benedito Valadares e de Juscelino. Olympio Mourão Filho foi elevado ao generalato pelo próprio Juscelino Kubitschek, no ano de 1957. No início dos anos 1960, ele comandou as tropas da 4ª Região Militar, sediadas em Juiz de Fora, e aí teve papel primordial no golpe de 1964.

No livro *Memórias: a verdade de um revolucionário*, o oficial diamantinense afirmou ter feito uma longa conspiração, principalmente dentro das forças militares nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais. Escreveu ainda que, desde 1961, após uma reunião com Leonel Brizola, ficou frustrado com as ideias do governador gaúcho e resolveu engajar-se inteiramente na luta contra o governo de Goulart.

O desgaste da hegemonia juscelinista também se deveu à ação do bispo dom Geraldo de Proença Sigaud, que assumiu a Mitra de Diamantina em

1961.¹⁹ Prócer da ala conservadora da Igreja Católica, politicamente reacionário e ferrenho anticomunista, o novo arcebispo influenciou fortemente na vida da cidade durante todo período da ditadura civil-militar. É de sua autoria o *Catecismo anticomunista*, publicado no jornal diamantinense *A Estrela Polar*, e lançado em livro pela Editora Vera Cruz.²⁰ O bispo do movimento Tradição, Família e Propriedade (TFP) pôs o clero diamantinense a combater Jango e os esquerdistas, nas escolas e nas paróquias.

Um exemplo desta mobilização de católicos contra os “comunistas” ocorreu em maio de 1961, quando dez bispos e oitenta e cinco sacerdotes reuniram-se em Diamantina para homenagear dom Sigaud, e fizeram um cortejo pela cidade, com a participação de representações dos colégios da Arquidiocese e das associações religiosas (*A Estrela Polar*, 01/07/1961). Outro exemplo foi a realização da “Marcha da Família Pela Liberdade” em cidades da Arquidiocese, sendo o caso mais notável o de Felixlândia, em 19 de março de 1964. Dom Sigaud e seus principais auxiliares discursaram contra o governo nas missas, levando a pregação golpista a toda a província eclesiástica que cobria vastas porções do norte e nordeste de Minas Gerais.

Mesmo antes de dom Sigaud, a Arquidiocese de Diamantina posicionara-se estridentemente contra a esquerda e os sindicatos. A partir de 1959, o anticomunismo passou a ter cada vez mais espaço no jornal *A Estrela Polar*, praticamente em toda edição. De 1961 a 1964, enquanto a imagem do Papa aparecia em quase todas as capas, a figura de JK sumiu do periódico, invertendo-se bruscamente a praxe dos anos em que ele fora governador e presidente.

A denúncia sobre a bolchevização do Brasil tornou-se a linha editorial d’*A Estrela Polar*. Na edição de 20 de dezembro de 1959, por exemplo, o jornal publicou na primeira página:

A América Latina está sendo objetivo mais visado do comunismo ateu. Pequim é a nova Meca. No Brasil ... Em Diamantina, anuncia-se de há muito tempo a presença e a

atividade “deles”. Quem tem olhos para ver e ouvidos para ouvir, que veja e ouça (*A Estrela Polar*, 20/12/1959).

A Estrela Polar defendia a ideia de que Moscou planejava exportar a revolução cubana para toda a América Latina, de modo que havia sobre o Brasil uma inegável “ameaça comunista”. Logo na edição de 1º de janeiro de 1960, lia-se o seguinte:

Comunismo. Em Diamantina não será difícil, com olhos abertos e ouvidos aguçados, verificar a presença da colher vermelha. Da destruição do Brasil, alguém tirará proveito: os que fazem parte do comunismo internacional e ateu, a mexer o caldo, a executar o plano geral também no Tijuco (*A Estrela Polar*, 01/01/1960).

Em de 25 de outubro de 1960, *A Estrela Polar* comemorou a derrota do candidato presidencial escolhido por JK, o marechal Henrique Lott, com palavras enviesadas: “Comunistas derrotados. Um dos resultados mais salutáveis da última eleição. Esperança de que o povo brasileiro continue reprimindo energicamente o imperialismo soviético. O apoio dos comunistas não dá vitória a ninguém nesse país”. E o semanário saudou Jânio Quadros, o “presidente católico” eleito.

Para o jornal diamantinense, sob a batuta de dom Sigaud, os perigos eram numerosos: Cuba, China, Rússia, União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Monteiro Lobato, Vinícius de Moraes, Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola, João Goulart, as ligas camponesas etc. Todos foram considerados inimigos da Igreja Católica. Razão pela qual *A Estrela Polar* divulgou a seguinte ordem, na edição de 1º de julho de 1961:

Determinamos que nossos sacerdotes e párocos façam orações, pedindo a Deus que guarde a família brasileira e que faça de nossa nação um baluarte da liberdade, da religião e um obstáculo intransponível diante da onda do comunismo. Governador Valadares. Oscar – Arcebispo de Mariana. Geraldo

– Arcebispo de Diamantina. João Batista – Arcebispo de Vitória.
(*A Estrela Polar*, 01/07/1961).

Na edição seguinte, o jornal afirmou que “as ligas dos camponeses, a UNE e as greves desgraçam o Brasil” (*A Estrela Polar*, 08/07/1961). Em 15 de outubro do mesmo ano, a edição do semanário católico publicou a palestra de dom Jaime de Barros Câmara, realizada no Rio de Janeiro, em que o prelado “afirma a oposição radical entre comunismo e cristianismo” e adverte que “ainda vigora a excomunhão lançada contra os que se filiam aos comunistas ou os ajudam de qualquer forma” (*A Estrela Polar*, 15/10/1961).

Em 14 de outubro de 1962, o jornal publicou artigo assinado por Paulo Kruger Correia Mourão que criticava asperamente a possibilidade de que o plebiscito sobre o regime de governo resultasse na vitória do presidencialismo sobre o parlamentarismo. Segundo o colaborador, nesse caso, o plebiscito daria “ao sr. Jango poderes maiores do que gozava dom Pedro II como imperador”, e as consequências disso seriam terríveis (*A Estrela Polar*, 14/10/1962). Em 10 de fevereiro de 1963, publicou-se editorial acusando o governo de usurpar funções, por causa de intervenções na economia. Também houve crítica ao anteprojeto de reforma agrária, divulgado pelo presidente, escrevendo-se: “Executivo acaba de mandar ao Legislativo o projeto de lei famigerado da reforma agrária. Isso convém a Moscou” (*A Estrela Polar*, 10/02/1963). Na edição seguinte, o próprio dom Sigaud fez publicar a sua Circular 01/63 sobre a reforma agrária, advertindo os leitores: “Lembrem-se que depois da desapropriação das fazendas, virá a dos bancos, das fábricas, das casas e propriedades urbanas” (*A Estrela Polar*, 17/02/1963).²¹ Em 1º de fevereiro de 1964, o jornal trouxe a manchete “Governo que nos desgoverna”, bradando que era hora de dizer um “chega de entregar o país aos comunistas”. E criticava o Ministério da Educação porque ele “politiza(va) os nossos jovens, em vez de alfabetizá-los, permitindo bolchevizá-los” (*A Estrela Polar*, 01/02/1964).

Na primeira reportagem sobre o golpe de 31 de março de 1964, *A Estrela Polar* publicou uma matéria especial com o título “revolução”, escrita pelo

próprio arcebispo, em que se lê: “Olimpio Mourão, Luís Guedes, cel. José Geraldo e Magalhães Pinto são os heróis da revolução que nos livrou do jugo comunista, (...) da ditadura vermelha” (*A Estrela Polar*, 08/04/1964). Por sua vez, a *Voz de Diamantina*, na edição de 3 de abril de 1964, saudou efusivamente o Golpe nos seguintes termos: “a revolução mostrou a Jango e a Brizola o olho da rua e livrou o Brasil do comunismo”.

Vale lembrar que o próprio governador de Minas Gerais, o udenista José de Magalhães Pinto, visitou Diamantina com frequência nos anos 1961-63, o que estimulava o avanço das conspirações na cidade e o combate às bandeiras de Jango e seus aliados. O jornal *Voz de Diamantina* chegou a chamar Magalhães Pinto de “diamantinense”, contribuindo para aumentar sua influência no debate local. Como se sabe, o governador foi conspirador de longa data, e há sinais claros de que recebeu verbas dos órgãos americanos implantados no Brasil para desestabilizar o governo Jango (DREIFUSS, 1981). Mais que isso: Magalhães Pinto foi o líder político do Golpe de 64.

A Estrela Polar também fez detalhada cobertura das visitas a Diamantina do embaixador estadunidense, Lincoln Gordon, ocorridas em abril de 1962 e agosto de 1963. Sobre a primeira visita, o jornal relatou: “o ilustre visitante chegou às nove horas, percorreu partes históricas de nossa cidade, visitando nossos monumentos históricos e regressou ao Rio, às quatorze horas” (*A Estrela Polar*, 25/04/1962). Essas visitas demonstram a importância de Diamantina nas articulações políticas durante a crise que precedeu o golpe de 1964.

Sobre a propaganda política que os periódicos *A Estrela Polar* e *Voz de Diamantina* fizeram, deve-se ter em mente que ela não conseguiu formar, localmente, uma “opinião única”. Porém, não é o caso de subestimar a importância que os jornais tiveram no controle das consciências na Diamantina, durante a crise política da primeira metade dos anos 1960. Afinal, conforme Capelato (1999, p. 178), a propaganda política “só reforça tendências já existentes na sociedade e a eficácia de sua atuação depende da capacidade de captar e explorar os anseios e interesses predominantes num dado

momento”. Foi justamente isso que *A Estrela Polar* e a *Voz de Diamantina* fizeram: os periódicos reafirmaram convicções políticas e comportamentais pré-estabelecidas e amplamente aceitas por segmentos importantes da população local.

O ponto fundamental é que, na virada dos anos 1950 para os anos 1960, o debate político em Diamantina foi pautado pelas matérias e posicionamentos dos jornais católicos locais, os quais reforçaram os princípios conservadores, hierárquicos e religiosos da cultura política diamantinense, visceralmente antipopular e autoritária, plasmando o consenso social em torno “da liberdade, da tradição, da família e da moral”. E Juscelino ficou à margem desse debate, em posição cada vez mais secundária, em parte porque não era mais o presidente do país, mas também porque se manteve afastado das contendas entre a direita e a esquerda, por um lado porque JK era político de convicções centristas e, por outro lado, porque julgou que não lhe convinha ficar demasiadamente exposto em função da intenção de candidatar-se à presidência na eleição prevista para 1965.²² Juscelino evitou assumir protagonismo em meio à crise política talvez avaliando que, dessa forma, não descontentaria setores importantes da sociedade brasileira.

Como em política não há “vazio”, outros protagonistas ganharam os corações e as mentes de grande parte do eleitorado diamantinense e atraíram parcela numerosa dos políticos locais. A fervorosa adesão das elites do antigo Tijuco à *restauração da ordem* não combinava com a personalidade de Juscelino Kubitschek nem com sua trajetória pública, ambígua diante dos rígidos pilares da cultura política diamantinense.

O fim da hegemonia juscelinista em Diamantina nos anos 1970

Embora a histeria dos jornais católicos diamantinenses encontrasse apoio na cultura política local, a radicalização que tais veículos preconizavam atingia muito mais as cúpulas partidárias e os setores mais politizados da população. A maioria dos eleitores (e mesmo dos homens de negócio) tinha

receio de se envolver nas conspirações da direita ou da esquerda contra Goulart. A maioria dos militares mantinha-se atrelada ao legalismo. Havia espaço, tanto no país quanto na cidade, para debater com moderação os problemas do Brasil, para negociar as reformas e defender a legalidade. A ação de atores políticos de grande envergadura seria, nesse sentido, decisiva.

Mas Juscelino Kubitschek, talvez orientado pelo simples cálculo eleitoral, eximiu-se de cumprir a missão de ser a voz da moderação, de dissuadir, em particular, mineiros e diamantinenses do golpismo. Faltou ao ex-presidente visão e disposição para contrapor-se à radicalização. A atitude de silêncio de Juscelino, seguida da adesão envergonhada às vésperas do golpe (como se verá adiante), é difícil de entender. Se sua intenção era voltar à presidência, deveria defender o mandato de Goulart e a normalidade democrática, pois sabia que, à direita e à esquerda, havia muitas desconfianças e críticas sobre seu retorno ao poder. A coerência estaria em resistir à escalada da radicalização e às soluções golpistas. Ao omitir-se, Juscelino deixou aberto o caminho para Magalhães Pinto, Sigaud e Olympio Mourão conquistarem as cúpulas partidárias e os políticos diamantinenses. Um erro de avaliação do ex-presidente.

Ausência de *virtù* que pode ser explicada pelo fato de que Juscelino acostumara-se a uma política feita “por cima”, no interior de cúpulas que não tinham o costume de lidar com bases e movimentos populares. Diante da novidade – o povo invadindo a política desde o final do Estado Novo, ampliando constantemente sua capacidade de intervenção –, JK estava aprendendo o novo jogo, certamente inseguro quanto aos riscos da mudança trazida pela emergência do novo ator político. A *fortuna*, isto é, os fatores não controláveis pela ação dos líderes políticos, tomara nova conformação sob o regime democrático de 1946-64. Conforme José Murilo de Carvalho (2014, p. 15), “essa novidade quebrara o padrão tradicional de fazer política. Era um momento de grande experimentação, inevitavelmente algo caótico. Afinal, o

país buscava realizar em curto espaço de tempo tarefa que outras nações tinham cumprido ao longo de séculos”.

O resultado foi desastroso para o próprio JK e seu longo controle sobre a política diamantinense. A supremacia juscelinista na cidade derruiu com os desdobramentos do golpe civil-militar desencadeado na madrugada de 31 de março de 1964. JK havia lançado dois meses antes sua candidatura à Presidência da República. Ele também fora informado pelos conspiradores de que havia um movimento em curso para depor João Goulart. A anuência de JK manifestou-se por ele ter deliberadamente escondido de Jango que tramavam pelas suas costas. Antes do golpe, diante do agravamento da crise política, JK rompeu com João Goulart (que fora seu vice-presidente) e, por conveniência política, aderiu às forças que preconizaram a intervenção contra Jango.²³

De acordo com o embaixador americano Lincoln Gordon, no dia 1º de abril de 1964 houve um encontro entre ele e JK, então senador por Goiás, no qual ficou claro o apoio do ex-presidente ao movimento golpista. Conforme a transcrição de Elio Gaspari:

Kubitschek disse que a movimentação em São Paulo seria crítica para o sucesso, e se a rebelião fosse branda, Goulart abriria seu caminho para a ditadura. (...) Nós conversamos sobre o problema da legitimidade, que ele pensou que seria facilmente cuidado pelo Congresso, se o aspecto militar fosse resolvido. Ele tinha visto Goulart no meio da tarde e suplicou que salvasse seu mandato fazendo uma ruptura clara com a CGT e os comunistas, mas Goulart disse que isso seria sinal de uma fraqueza que ele não podia mostrar (GASPARI, 2002, p. 247).

JK foi pessoalmente receber as tropas mineiras que ocuparam Brasília – para facilitar o reconhecimento internacional do novo governo – e dar “garantias” ao Legislativo, comandadas pelos coronéis José Geraldo e Dióscoro Vale. Dias depois, encontrou-se com o general Mourão no Rio de Janeiro.

A cidade de Diamantina acompanhou, entre a euforia e o medo, os acontecimentos do golpe civil-militar. O depoimento do dr. João Antunes revela bem essa alternância. Primeiro, a apreensão seguida de euforia:

O Batalhão da Polícia Militar de Diamantina chegou a deslocar-se para Três Marias, sendo que alguns soldados foram enviados até a fazenda do Jango, em Brasília, levados pelos caminhões do DER. Quando terminou a Revolução, os soldados foram recebidos pelo povo, no Clube Campestre, como heróis da pátria. Houve uma choradeira daquelas! (ANTUNES, 2009, p. 53).

Depois, o medo diante da truculência repressiva do regime, em nome da ordem social e da defesa da nação contra o perigo vermelho:

[Imediatamente após o golpe], vi um dos quadros mais tristes de toda a minha vida. (...) O comandante do Batalhão, José Manuel de Almeida, começou a investigar as pessoas que tivessem qualquer tendência esquerdista. E essas pessoas foram colocadas nos caminhões do jeito que os policiais as encontravam em suas casas e exibidas pelas ruas como troféus de guerra. Eu me lembro muito bem do Zanilo Moreira de pijama, o Lair, irmão dele, o Mauro Coelho também... Enfim, muitos de nossos amigos colocados na carroceria dos caminhões e levados para o quartel. (...) Fiquei com vontade de chorar (...). Depois, tentamos falar com o comandante, mas ele nem nos recebia. Eu fui à casa do José Prado, um dos que foram presos, para dar assistência à família, mas confesso que fiz isso com medo de me prenderem. O Zazá, por exemplo, foi preso porque falou na Baiúca [tradicional café da rua da Quitanda] – havia os vigias e informantes – que, “se nós ganharmos essa revolução”, referindo-se ao “Grupo dos Onze”, do Leonel Brizola, “vamos dependurar dom Sigaud em um poste”. O Zazá foi preso; tiraram até o emprego dele (ANTUNES, 2009, p. 53-4).

No primeiro momento pós-golpe, JK não foi cassado. No dia 11 de abril de 1964, depois de reunião pessedista, ele votou no marechal Castelo Branco, na eleição indireta para Presidência da República, acreditando que se realizariam as eleições presidenciais de 1965, uma vez que a intervenção dos militares na política seria apenas para “normalizar” o país, devolvendo-se, em

seguida, o poder aos civis, como acontecera em 1945, 1954, 1955 e 1961.²⁴ Com esse gesto, JK esperava ser poupado pelos militares. Porém, em 8 de junho de 1964 foi decretada a cassação dos direitos políticos do ex-presidente. Seguiram-se humilhantes interrogatórios de JK em quartel do Rio de Janeiro e, logo depois, ele partiu para exílio voluntário que se estendeu até 1967. Segundo Serafim Jardim, Juscelino foi informado por Ademar de Barros, governador de São Paulo, que o responsável por sua cassação fora o general Costa e Silva, ministro da guerra do governo Castelo Branco. Ainda conforme Jardim, tanto a cassação de JK como o seu exílio não receberam destaque nas páginas dos jornais diamantinenses.²⁵ A partir daí, caiu sobre a figura dele uma pesada cortina de silêncio.

Devido à reforma partidária provocada pelo Ato Institucional nº 2 (outubro de 1965), bem como à censura imposta pelo governo militar sobre as manifestações e a imagem de JK, a corrente juscelinista em Diamantina foi se desfazendo. No ano de 1966 ocorreu, na cidade, o registro dos dois novos partidos do regime autoritário, a governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a oposição consentida, Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A primeira eleição municipal com os novos partidos seria realizada somente no ano de 1970. Conforme o depoimento de Serafim Jardim, “criar o MDB em Diamantina não foi fácil, porque a cidade ficou toda com a ARENA, havia ARENA 1, ARENA 2 e ARENA 3”.

Na eleição municipal de 1970, Alcides Freire foi o candidato do que sobrou da “corrente juscelinista”, agora abrigada na legenda do MDB, integrada por ex-membros do PSD e do PTB. Alcides Freire, político natural da cidade de Datas, sem maior reputação em Diamantina, não podendo contar com apoio direto de JK, perdeu a eleição para a ARENA (que lançou no referido pleito três chapas), integrada pelos antigos filiados da UDN e parte expressiva de políticos que debandaram do PSD, como João Antunes de Oliveira, o vencedor da eleição.

À medida que a face repressiva do regime militar se fortaleceu, a atmosfera política diamantinense tornou-se mais pesada. Segundo o depoimento de Leandro Costa, “as pessoas não falavam mais do ex-presidente, houve um acovardamento geral. Os jornais nada diziam dele, apenas publicavam meras recordações da sua data de aniversário”.²⁶ Ainda hoje, os fiéis escudeiros de Juscelino insistem nas palavras “covardia” e “ingratidão” para explicar a atitude da cidade ante o ex-presidente depois do golpe de 1964.

Pairando sobre Diamantina, vigilantes, a Igreja de dom Sigaud e o 3º Batalhão de Polícia Militar cercearam qualquer comportamento ou ideia que contrariassem os padrões tradicionais da sociabilidade e das crenças diamantinenses. Na verdade, a maior parcela das elites e das camadas médias locais abraçou o novo regime, formando em torno dele um consenso social que valorizava a “liberdade, a ordem, a fé e a moral”. Dessa forma, na cidade em que se via, na virada dos anos 1960 para os anos 1970, patrulhas da Polícia Militar abordarem jovens de cabelos longos e intimidá-los por causa de sua aparência “rebelde”, o cotidiano aproximou-se de uma sociedade hobbesiana, definida pelo medo, pela ameaça, pela tutela de personagens investidos da obsessão de caçar e julgar quem consideravam um câncer social.²⁷ Quem estava ao lado do suspeito da vez, devia temer. Devia sentir que seria o próximo a ser procurado pelos “casacas pardas” do 3º Batalhão. Nesse ambiente, as visitas de JK a Diamantina tornaram-se discretas, com o ex-presidente ficando quase recluso no sítio das Bicas, nas cercanias da cidade.

Considerações finais

Levado ao centro da política mineira pelas mãos de Benedito Valadares, Juscelino Kubitschek de Oliveira alcançou a condição de maior chefe político de Diamantina nos anos 1930. Empregando métodos coronelísticos com roupagem modernizada, ele formou uma vasta clientela local que lhe possibilitou obter e manter o poder municipal por quase quarenta anos. Agrupados no PSD no pós-1945, os juscelinistas venceram as eleições

municipais, contando principalmente com a força dos votos nos distritos. JK arbitrou disputas entre seus correligionários diamantinenses, distribuiu favores de diversas espécies, cultivou a proximidade com cabos eleitorais e cooptou parte de seus adversários, usando para isso recursos e cargos estaduais e federais. Em Diamantina, a ação política de JK foi absolutamente tradicional, embora edulcorada com seu charme pessoal e afabilidade.

Mas esta foi também sua fraqueza. Juscelino ficou refém do conservadorismo das elites locais, dependente da lealdade de seus correligionários, pois nunca contou com base social ampliada e canais diretos de comunicação política com as camadas populares no município.

O golpe de 64 eliminou muitas das condições que tinham possibilitado a hegemonia juscelinista em Diamantina. A maioria de seus antigos correligionários, com base em cálculo político pragmático, abandonou o ex-presidente e aderiu ao novo regime, porque o município carecia de receitas próprias, vivia atrelado aos repasses estaduais e federais e, portanto, tinha necessidade de ser governista.

Mas não foi só isso. Juscelino não conseguiu lugar entre os “heróis” louvados pelos jornais diamantinenses por livrarem o Brasil dos “subversivos” e dos comunistas nem figurou como modelo de líder que encarnasse, naquela quadra tensa dos anos 1960, os mais caros e tradicionais valores diamantinenses. Aos olhos das elites políticas e letradas conservadoras da cidade, o “presidente bossa-nova” perdera espaço para Magalhães Pinto, Olympio Mourão, dom Sigaud e seus acólitos, então muito mais afinados com as facetas mais duras e retrógradas da cultura política local.

A compreensão do ocaso da influência política de JK sobre sua cidade natal exige que se investiguem os novos contextos e posicionamentos dos grupos sociais locais após o golpe de 64, como novos consensos foram criados, como as acomodações e os interesses de ganhos materiais e/ou simbólicos se fizeram no período em tela.

Por outro lado, o destino do grupo político juscelinista na Diamantina pós-64 mostra que nem mesmo o peso de uma liderança notável, extraordinária, escapa inteiramente aos câmbios que ocorrem nos processos de formação de consensos sociais nos momentos de ruptura política. Entender isso exige que se vá além do binarismo simplificador que postula um Estado opressor e uma sociedade vitimizada – argumento que os juscelinistas diamantinenses abraçaram –, para apreender a diversidade de posições que existem entre o apoio e a rejeição ao novo regime político. Diante da ditadura de 64, no Brasil e, em particular na Diamantina, surgiu uma *zona cinzenta* que sustentou difusamente o regime autoritário (ROLLEMBERG, 2010, p. 130). E que levou de roldão o capital político acumulado por JK na sua cidade natal.

Agradecimento: Ao CNPq, pelo financiamento de uma BIC no projeto “Realinhamentos e narrativas políticas geradas pelo Golpe Civil-Militar de 1964 no município de Diamantina”, Edital 001/2014 PIBIC-UFVJM.

Referências

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The civic culture:** political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1989.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

ANTUNES, Américo (org.). **João Antunes:** vozes e visões. Diamantina: s. n., 2009.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubitschek:** desenvolvimento econômico e estabilidade política. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena:** propaganda política no varguismo e no peronismo. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Fortuna e virtù no golpe de 1964.** *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 7-16, 2014.

CORDEIRO, Janaína Martins. Entre redenção e reconciliação: a manutenção das homenagens à ditadura e aos ditadores. In: REIS, Daniel Arão (org.). *À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

DREIFUSS, René A. **1964**: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel. **Culturas políticas. Ensaios de história cultural e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2005, p. 21-44.

GOODWIN JR., James William. **Cidades de papel**: imprensa, progresso e tradição, Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

JARDIM, Serafim. **Juscelino Kubitschek**: onde está a verdade? 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **Meu caminho para Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974. 3 vols.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MARTINS, Marcos Lobato. **Breviário de Diamantina**: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX). Belo Horizonte: Fino Traço/Fapemig, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13-37.

_____. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOURÃO FILHO, General Olympio. **Memórias**: a verdade de um revolucionário. 6. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 1978.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV.** 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários.** Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. v. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SANTOS, Dayse Lúcida Silva. **Imagens da cidade de vidro: a fotografia e o registro da tradição e da mudança em Diamantina, 1900 a 1940.** 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais.** Os novos inconfindentes e o golpe militar de 1964. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

Artigo recebido em 09 de maio de 2016. Aprovado em 07 de junho de 2017.

Notas

¹ Conforme o Censo demográfico de 1970, a população total do município de Diamantina era de 34.672 habitantes, sendo a população urbana de 23.688 habitantes, e a rural de 10.984 habitantes.

² *Virtù e fortuna* são conhecidas expressões de Maquiavel. A primeira remete à predominância da ação, aos acertos e aos erros dos líderes políticos, aos seus atos e omissões; a segunda, se refere aos fatores não controláveis, às grandes causas sociais e forças irresistíveis que interferem no desfecho das situações políticas. Ver Nicolau Maquiavel (2010).

³ Sobre o SPHAN e o tombamento de Diamantina, ver o capítulo 4 da tese de Dayse Lúcida Silva Santos (2015).

⁴ Para uma discussão detalhada sobre a propaganda varguista e o DIP, ver o trabalho de Maria Helena Capelato (2009).

⁵ Mais uma vez, vale citar o depoimento do dr. João Antunes: “Ele tinha muita facilidade de falar, e as pessoas acreditavam nele. Os outros falavam e ninguém acreditava neles, mas Juscelino falava e fazia, e todos acreditavam nele” (ANTUNES, 2009, p. 37).

⁶ Juscelino Pio Fernandes, o coronel Sica, foi fazendeiro, agente executivo de Diamantina e diretor da Fábrica de Tecidos São Roberto nos anos 1920.

⁷ Carta de Juscelino Kubitschek ao coronel Sica, de 27/01/1938. Original manuscrito pertencente ao acervo da Casa de Juscelino. Diamantina.

⁸ Carta de Juscelino Kubitschek ao coronel Sica, de 27/01/1938.

⁹ Ver mais nos clássicos nos *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda; *Os donos do poder*, de Raimundo Faoro; *Coronelismo, enxada e voto*, de Vitor Nunes Leal. Sobre a “sociedade do diamante”, ver os trabalhos de Marcos Lobato Martins (2014) e James William Goodwin Jr. (2015).

¹⁰ Sobre a noção de cultura política e seu emprego pela nova história política, ver o trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta (2009).

¹¹ “Em 1946, quando ocorreu a primeira eleição após a queda de Getúlio, os comunistas tiveram mais votos aqui do que os integralistas. Anacleto Pimenta e Arquimedes Mota foram candidatos à Constituinte de 46. Os comunistas fizeram quase 160 votos e os integralistas 130.” Entrevista de Valmy Lessa Couto. *Cadernos da FAFIDIA*. Diamantina, v. 1, n. 1, p. 10, out. 1992.

¹² Foi na eleição de 1962 que o PTB diamantinense lançou pela primeira vez candidato a prefeito, o sr. Vitor Ramos Couto.

¹³ Depoimento de Leandro Gomes da Costa, colhido por Raphael Martins Cima em 20 de junho de 2015.

¹⁴ Assinale-se que, no século XX, a Municipalidade havia erigido apenas um pequeno busto de político, em marco colocado no Largo da Capela do Bonfim, em homenagem ao dr. Francisco Sá, ministro de Viação e Obras Públicas que foi responsável pela chegada da ferrovia à cidade, no ano de 1914.

¹⁵ Sobre o anticomunismo no Brasil, ver o trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta (2002).

¹⁶ Vale lembrar que Magalhães Pinto fez parte do grupo de políticos que, no mesmo dia da renúncia de Jânio Quadros (25 de agosto de 1961), discutiu a possibilidade de impedir a posse do vice-presidente João Goulart, identificado com a esquerda e os sindicatos.

¹⁷ Na verdade, o discurso nacionalista de JK, elemento de sustentação tanto da aliança partidária PSD/PTB quanto do apoio do Exército, conviveu com a opção de seu governo por um desenvolvimento associado e dependente do capital estrangeiro, que promoveu forte internacionalização da economia. Para mais detalhes, ver, por exemplo, o trabalho de Maria Victória de Mesquita Benevides (1979).

¹⁸ Veja-se a respeito o depoimento de João Antunes de Oliveira: “Houve umas reuniões de ‘revolucionários’ em Gouveia, e eu fui a algumas como prefeito em exercício, na casa do dr. Alexandre Mascarenhas, dono da fábrica de tecidos São Roberto. Estavam lá o Evaristo de Paula, o general Bragança, entre outros, todos eles já se preparando para o golpe. Essas reuniões tinham, inclusive, o objetivo de arrecadar recursos para a Revolução” (ANTUNES, 2009, p. 54).

¹⁹ Nascido em Belo Horizonte em 26 de setembro de 1909, fez estudos em Juiz de Fora com padres do Verbo Divino. Coursou teologia em Roma, na Pontifícia Universidade Gregoriana, doutorando-se em 1931. Foi escolhido bispo de Jacarezinho a 28 de outubro de 1946, sendo

sagrado em 29 de maio de 1947. Tomou posse como arcebispo de Diamantina em 19 de abril de 1961.

²⁰ Na sua primeira edição, no ano de 1962, o *Catecismo anticomunista* teve tiragem de 15 mil exemplares. Na segunda edição, de março de 1963, o panfleto teve tiragem de 20 mil exemplares. E a terceira edição, também de 1963, teve tiragem de 25 mil exemplares. Foi lançada também uma edição argentina. *A Estrela Polar*, 24/10/1963.

²¹ Na mesma data, a edição do jornal *Voz de Diamantina* publicou um “Manifesto aos Estudantes Diamantinenses”, prevenindo-os, sobretudo, contra a UNE e suas ações subversivas.

²² Pesquisa do Ibope, feita em março de 1964, mês do golpe, indicava as preferências para as eleições presidenciais de 1965: Juscelino, 37%; Carlos Lacerda, 25%; Adhemar de Barros, 9%; e Magalhães Pinto, 7%. Dados citados por José Murilo de Carvalho (2014).

²³ Conforme a entrevista de Aníbal Teixeira ao site “Última Instância”, em 19/12/2013. Disponível em <http://bit.ly/1cfVbuS>. Acesso em: 17/06/2015.

²⁴ Conforme José Murilo de Carvalho (2014, p. 8), “nenhum dos lados (direita e esquerda) previa um golpe liderado e controlado por militares, seguido de um governo militar. O desapontamento aí foi maior entre os conspiradores civis de olho na Presidência da República, mas a surpresa foi geral”.

²⁵ Entrevista concedida a Raphael Cima em 15 de junho de 2015. Serafim Jardim foi secretário pessoal de JK nos anos 1970 e, hoje, é o presidente da “Casa de Juscelino”, instituição sediada em Diamantina que guarda objetos e documentos do ex-presidente.

²⁶ Entrevista concedida a Raphael Cima em 20 de junho de 2015.

²⁷ Entrevista de Wander José da Conceição, concedida a Raphael Cima em 19 de maio de 2015. Wander é ex-funcionário do Banco do Brasil, violonista, poeta e seresteiro. Estudou no Colégio Tiradentes de Diamantina no tempo da ditadura civil-militar.